

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte DESP Class.: Amazônia / ZEE
 Data 19/06/93 Pg.: 28 39

AMBIENTE

Barbalho critica política federal para a Amazônia

Segundo o governador do Pará, das 8 áreas do Estado que deveriam ser objeto do zoneamento ecológico-econômico só uma será estudada

ANTONIO MARCELLO

BELÉM — A festa que o governo pretendia promover no lançamento do Diagnóstico Ambiental para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia transformou-se em um momento de dissabor para o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mário César Flores. O responsável foi o governador do Pará, Jader Barbalho (PMDB), que, depois de assistir a uma ampla exposição sobre os resultados do diagnóstico preparado pelo IBGE, fez um discurso condenando a política federal para a Amazônia, a falta de verbas para a área, o sucateamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e os incentivos fiscais para empresários do Sul e do Sudeste investirem na região.

“O fruto desses incentivos vai enriquecer mais os empresários, enquanto nós ficamos apenas com a miséria e a crise”, afirmou Barbalho, na reunião de trabalho realizada na sede da Sudam, em Belém. Embora tenha elogiado o trabalho do IBGE, o governador

paraense afirmou estar “farto de discursos” que só encobrem o corte e a inexistência de recursos para a Amazônia.

De acordo com Barbalho, das oito áreas paraenses que deveriam ser objeto do zoneamento ecológico-econômico só uma, a região de Carajás, será estudada, por absoluta falta de recursos. Jader ironizou a ausência na reunião do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, que deveria presidir o encontro. “Mais uma vez, o ministro não nos honra com sua presença”, disse. “Se estivesse aqui, ouviria nossa oposição ao sucateamento da Sudam, que foi transformada em balcão de financiamento para projetos de empresários do Sudeste.”

Sobre o diagnóstico feito pelo IBGE, Barbalho afirmou que “se existe um trabalho semelhante poucas décadas atrás, teria sido possível evitar os equívocos na ocupação da Amazônia que levaram a situações explosivas como a que enfrentamos no sul do Estado, na região do Bico do Papagaio”, disse. Há oito anos, no início do governo Sarney, o Progra-

ma Nossa Natureza já havia previsto zoneamento em diversas áreas da região, mas o trabalho não foi aproveitado no governo Collor.

Apoiado pelo governador do Amapá, Aníbal Barcellos — o único que compareceu entre os oito governadores da região convidados — Barbalho afirmou que a política de desenvolvimento que continua sendo aplicada é “concentradora de renda, de terra e de miséria”.

“Problema meu” — Mário César Flores respondeu com uma frase seca às perguntas sobre de onde sairão as verbas para que os Estados passem à fase seguinte do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, com o detalhamento do diagnóstico ambiental realizado pelo IBGE. “Isso é problema meu”, disse. Flores abriu o encontro com um discurso genérico, onde a questão das verbas e dos recursos humanos necessários para o zoneamento não foi citada. O Pará, um dos Estados mais ricos da região, informou que não tem dinheiro para continuar o trabalho.

Diagnóstico divide região em 13 setores

Belém — O Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, realizado pelo IBGE, é considerado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República como a primeira fase da preparação do Zoneamento Ecológico-Econômico da região. Esta fase só contou com recursos da União e comporta mapas e relatórios que mostram desde as formas de intervenção do Estado na região, até as formas de uso da terra, a ocupação urbana e a organização do território.

O trabalho do IBGE divide a Amazônia em 13 áreas ambientais diversas, caracteri-

zadas por formas históricas diferentes de ocupação humana, uso do solo, população, clima, vegetação e fauna. O levantamento, que ocupou dois anos de trabalho dos técnicos do IBGE, utilizou dados do projeto Radam — concluído no início da década de 80 — fotos de satélites, pesquisas locais e o próprio banco de dados do IBGE.

O diagnóstico pretende ser um primeiro retrato de corpo inteiro da Amazônia, que deveria embasar o planejamento estatal de desenvolvimento sustentável para a região, a partir do zoneamento econômico e ecológico. No entanto,

a existência de nove Estados na região, dividindo áreas, embora amazônicas, diferenciadas em suas características, é, hoje, uma pedra no caminho do zoneamento, conforme afirmou um técnico do IBGE. Se houver falha numa coordenação nacional do zoneamento, os Estados podem fazer zoneamentos e planejamentos que levem a choques.

O coordenador da Comissão Nacional de Zoneamento Ecológico-Econômico, Herbert Schubart, considera esse um dos problemas a enfrentar. Mas a SAE pretende insistir na estadualização do zoneamento. (A.M.)